

NA MARRA

ÀS VÉSPERAS DE UMA GREVE GERAL,
O GOVERNO APROVA A REFORMA
TRABALHISTA NA CÂMARA E COMEMORA
UMA NEBULOSA DECISÃO DO IBGE
QUE FORÇA A ELEVAÇÃO DO PIB

por ANDRÉ BARROCAL

A professora Giseli Saviani, de 44 anos, não deu aula na Escola Municipal Imperatriz Dona Amélia, na periferia de São Paulo, na sexta-feira 28 de abril. Participou da greve geral convocada contra o governo, de braços cruzados em casa pela manhã, apesar do corte de ponto dos servidores grevistas ordenado pelo prefeito tucano João Dória Junior, e à tarde iria em um dos três protestos de rua na capital paulista. “Sou contra a reforma trabalhista, da Previdência, esse desmonte do País. O Temer é um ilegítimo, estou revoltada”, diz.

Desanimada com o Brasil, Giseli tinha

na paralisação uma de suas últimas esperanças de chacoalhar Brasília. Um dia antes da greve geral, o da conclusão desta reportagem, certos sinais animavam os organizadores, sobretudo em São Paulo, Rio e Porto Alegre, naquela que é a primeira iniciativa do tipo desde junho de 1996, mês de protesto contra o neoliberalismo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o mesmo abraçado por Temer. Petroleiros, bancários, carteiros, aeronautas, motoristas de ônibus, professores, metroviários, servidores de tribunais trabalhistas e camponeiros eram alguns dos dispostos a parar.

Em missas e vídeos na internet, padres estimulavam os fiéis a aderir. Secretário-geral da CNBB, Leonardo Steiner dizia que o governo e o Congresso





Temer e Rabelo de Castro, parceria fatal

“têm se mostrado pouco sensíveis” nas reformas. Para dom Fernando Saburido, arcebispo de Olinda e Recife, os trabalhadores não podem aceitar perder direitos, enquanto “categorias com altos salários não serão afetadas”. Em um vídeo na web, um padre não identificado pregava na porta de uma igreja, à noite, que Câmara e Senado são “duas corjas de ladrões” e Temer, o “alcoz do povo”.

Liderada pela CUT, a maior central sindical, a sexta greve geral brasileira pós-ditadura irmanou as centrais, embora algumas sem entusiasmo, caso da Força, do deputado Paulinho, que tem um filho no comando do Inbra, em São Paulo, graças a um acerto na moita com Temer. Se a paralisação fosse grande, dizia na

antevéspera o presidente da CUT, Vagner Freitas, abriria caminho a uma campanha “Fora Temer, Diretas Já”. “A votação da reforma trabalhista deu combustível à greve”, dizia ele no plenário da Câmara, na hora da aprovação da proposta.

A reforma de autoria do governo passou pelos deputados por 296 a 177 votos na madrugada da quinta-feira 27 e teve no presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM, e no relator, o obscuro potiguar Rogério Marinho, do PSDB, entusiasmados propagandistas. O primeiro acha que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”. O outro, que a CLT é “fascista”, pois inspirada na “Carta del Lavoro”, do *duce* Benito Mussolini. O texto será examinado agora no Senado, onde Renan

LUIS MACEDO E BETO BARATA/PR

REPORTAGEM DE CAPA

Calheiros, líder do PMDB de Temer, mas com pinta de opositor, recebeu sindicalistas e comentou ser a reforma “terrível” e um “desmonte do Estado democrático social”.

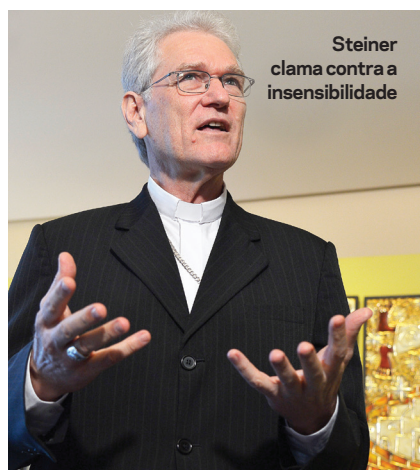
A proposta enterra a lógica trabalhista existente desde 1943, quando Getúlio Vargas baixou a CLT em um 1º de Maio, e bota outra no lugar, destinada a baratear o trabalhador e vitaminar os lucros empresariais. Suas regras buscam distanciar a pessoa tanto dos sindicatos quanto dos tribunais trabalhistas, para que ela, isolada, tenha pouca opção além de aceitar as condições oferecidas pelo empregador. Uma luta entre Davi e Golias, em que o brasileiro encara, sem pedra e funda, o gigante.

A livre negociação vira regra. Poderá haver acordos com dispositivos à margem das regras de hoje, por exemplo, uma jornada de até 12 horas diárias. Dos 17 mil sindicatos, 87% jamais fizeram convenções coletivas, e dá para imaginar de que lado estará a vantagem na mesa negociadora. Cria-se o regime de trabalho intermitente, em que a pessoa fica à disposição do patrão por X horas, mas só recebe pelo tempo trabalhado. É como se um médico de plantão só ganhasse em caso de cirurgia. Os contratos temporários, limitados a 90 dias, irão a 120 prorrogáveis por mais 120, com direitos do tipo férias e seguro-desemprego dispensáveis.

O representante dos empregados perante a empresa não terá mais de ser sindicalizado e a homologação das demissões não precisará mais de carimbo sindical, dispositivos aptos a distanciar trabalhador e sindicato. O fim do imposto sindical obrigatório colabora com o enfraquecimento das entidades laborais. A Justiça do Trabalho torna-se quase irrelevante, pois a lei perde importância, diante da primazia de acordos. E se a pessoa recorrer a alguma das 1,5 mil varas trabalhistas, terá de pagar as custas caso perca o



Este rapaz ignora que a Carta de Mussolini era grande avanço no Brasil do Estado Novo



Steiner clama contra a insensibilidade



O homem de todas as estações celebra a sua vitória

processo. Um baita desestímulo a ações.

“A reforma é covarde, perversa, injusta e iníqua. Não há nada em seus 117 artigos que favoreça os trabalhadores, é uma lei de proteção ao empregador. Que trabalhador consegue negociar em pé de igualdade com o empregador? Vai virar uma relação meramente contratual,

sem qualquer piso mínimo legal”, diz um alto magistrado trabalhista. Um cenário similar ao descrito por um frade dominicano francês do século XIX, Henri Lacordaire: “Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, entre o senhor e o servo, é a liberdade que oprime e a lei que liberta”. Em seu Facebook, o juiz trabalhista André Machado, de Pernambuco, escreveu: “Se a classe que vive do trabalho tivesse a noção do que está para acontecer, esta greve geral do dia 28 seria por tempo indeterminado”.

No dia da votação da reforma, a “Casa do Povo” virou um *bunker* antipovo. Fora do Congresso, carros do Batalhão de Operações Especiais e da Polícia Civil do Distrito Federal. Dentro, policiais

SE A GREVE FOR DE FATO GERAL, ABRE O CAMINHO PARA A CAMPANHA POR DIRETAS JÁ E FORA TEMER, DIZ FREITAS

LUIS MACEDO, BETO BARATA/PR, FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR, MARCELLO CASAL JR/ABR



O presidente ilegítimo
e o premier mentiroso
entendem-se

legislativos ostensivamente armados e circulação restrita a portadores de crachá (funcionários, jornalistas). Um grupo de 20 vereadores foi barrado em um corredor e só pôde seguir em direção ao plenário após mostrar, por exigência dos meganhas, alguma identificação do mandato. As galerias do plenário, reservadas tradicionalmente a cidadãos interessados em ver votações, estavam às moscas. Um cenário digno da ditadura militar.

Temer assistiu à votação do Palácio do Planalto, ao lado de alguns aliados íntimos, como o ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, secretário-geral da

Presidência, dupla investigada por corrupção. Começara a semana com pregações públicas pela reforma, durante a primeira visita oficial a Brasília em nove anos de um chefe de governo da Espanha. Um tema perfeitamente cabível nas conversas com Mariano Rajoy, primeiro-ministro que enfiou impopularidades goela abaixo dos espanhóis, após as promessas da campanha de 2012. Já triunfante na reforma trabalhista, Temer fez chegar sua alegria à mídia: “Vamos em frente, agora com mais entusiasmo”.

Há razões para ele comemorar. O presidente é um fenômeno. Comanda um governo com 4% de aprovação, conforme pesquisa Ipsos conhecida no dia da votação. Tem oito ministros investigados

por corrupção. É alvo de acusações graves por três criminosos delatores da Odebrecht. Um diz que Temer promoveu um jantar, em maio de 2014, no Palácio do Jaburu para tomar 10 milhões de reais da Odebrecht. Os outros dois, que o escritório de Temer em São Paulo foi palco, em julho de 2010, do acerto final de uma falcatura de 40 milhões de dólares a envolver fraude na Petrobras. Uma planilha entregue ao Ministério Público por esses dois delatores mostra que o pagamento de propina começou seis dias depois da reunião no escritório. Temer sustenta-se pelo voto parlamentar, e isto basta no Brasil do golpe.

Segundo o presidente, a reforma ajudará a reduzir o desemprego a atingir

REPORTAGEM DE CAPA

13,5 milhões de pessoas, cerca de 2 milhões a mais desde sua chegada ao poder. É um tema que o preocupa. Em março, promoveu um inusual evento no Planalto para festejar um dado do Ministério do Trabalho, o saldo positivo de emprego formal em fevereiro, de 36 mil vagas, primeiro superávit em 22 meses, embora em março o déficit tenha despontado de novo, com 63 mil demissões.

É possível que o desemprego diminua, mas a que preço? De 2004 a 2014, foram abertos cerca de 20 milhões de vagas com carteira assinada nas regras vigentes. A reforma, segundo Freitas da CUT, “institucionaliza o bico”, o emprego precário. Hoje, informa o IBGE, 16% dos trabalhadores acham suas condições piores do que as prometidas. Não surpreende os deputados de oposição terem sido duros na hora da votação. Paulo Teixeira, vice-presidente do PT: “É a maior violência nos últimos 40 anos sobre os direitos trabalhistas, só a ditadura fez isso”. Glauber Braga, líder do PSOL: “É uma covardia com os brasileiros”. Jandira Feghali, do PCdoB: “É falar grosso com o trabalhador e fino com o capital”. André Figueiredo, do PDT: “Temos de prestar contas a quem nos elege e não a quem nos financia em campanhas milionárias”.

As palavras do pedetista ajudam a entender como uma reforma tão impopular recebeu a bênção dos deputados. Além da farta distribuição de cargos e emendas parlamentares pelo Planalto a aliados nas últimas semanas, adubo a visar também a reforma da Previdência, o fator “doador de campanha” pesou. A imensa maioria dos deputados dependeu de grana de empresas para fazer campanha, uma espécie de captura da democracia pelo poder econômico. Um do PMDB, voto favorável à reforma, costuma dizer: “Voto de opinião não elege mais ninguém, o que elege é dinheiro”. Um quadro que talvez mude em 2018, já



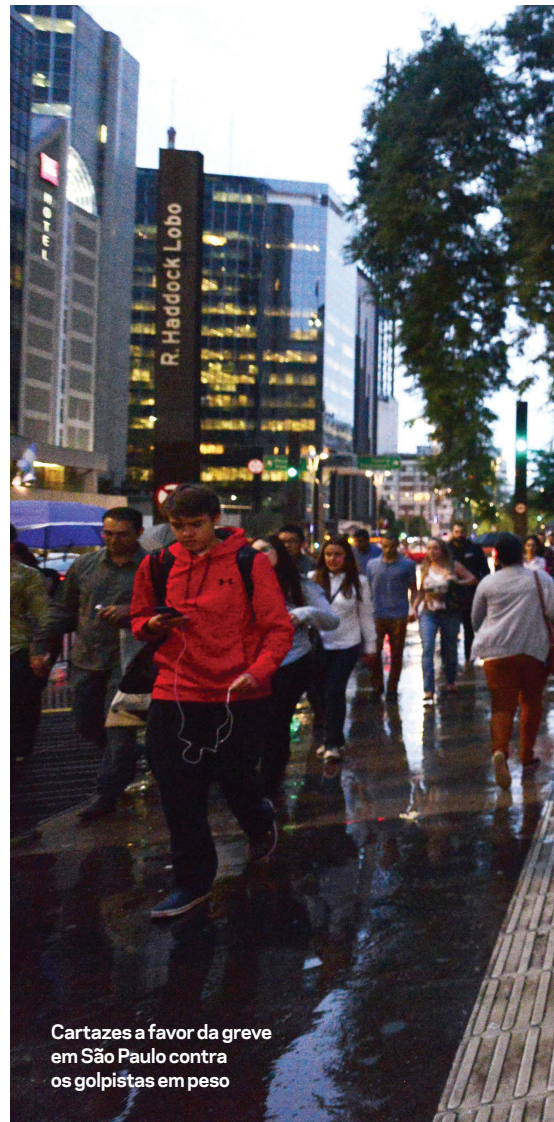
Paulinho da Força adere, mas...

que por ora está proibida a contribuição empresarial na próxima eleição.

O perfil dos deputados também explica o sucesso da reforma. Dos 513 eleitos em 2014, a bancada empresarial tem 221, a maior da Câmara, conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap. Muitos ali legislaram em causa própria.

E ainda houve *lobby* empresarial. O site The Intercept, do jornalista americano Glenn Greenwald, investigou os arquivos eletrônicos das 850 emendas à reforma apresentadas por deputados. E descobriu, com base nos “metadados”, informações sobre a origem dos arquivos, que 292 foram redigidas em computadores das confederações nacionais do transporte, dos bancos, da indústria e da associação nacional de logística. A troca de que os deputados encamparam tais ideias? O Ministério Público Federal podia investigar. O presidente do PMDB, senador Romero Jucá, é campeão de inquéritos na Operação Lava Jato, ao lado do tucano Aécio Neves, por comercializar emendas, entre outras coisas.

**NÃO HÁ UM ÚNICO
DOS 117 ARTIGOS
DA REFORMA
DESTINADO
A FAVORECER
O TRABALHADOR**



Cartazes a favor da greve em São Paulo contra os golpistas em peso

Uma curiosidade histórica. Em dezembro de 2001, penúltimo ano da era FHC, a Câmara aprovou uma reforma trabalhista mais moderada, limitada a liberar acordos entre patrões e empregados para valer acima da CLT. Foram 264 votos a 213. Temer era deputado e votou contra. Dizia, conforme os anais da Câmara, que não se devia apreciar medida de tal magnitude com pressa e que cabia ao Senado freá-la, o que aconteceu. FHC mandara o projeto dois meses antes da votação pelos deputados. Descontadas as férias parlamentares de dezembro e janeiro, a reforma de Temer ficou 80 dias na Câmara.

MARCELO CAMARGO/ABR E CRIS FAGAL/FOX PRESS PHOTO/FOLHAPRESS



Por que ele mudou de ideia quanto ao ritmo das coisas? Simples. Se não aprovar as reformas impopulares, perderá o apoio do poder econômico que bancou a deposição de Dilma Rousseff. Nada desejável quando seu ibope chega ao rodapé, há uma greve geral e a Justiça Eleitoral prepara-se para julgar a cassação da chapa Dilma-Temer. Mas não é só isso. Mexer na lei trabalhista e nas aposentadorias é tão impopular, que só anda no Congresso às carreiras, sem o povo prestar atenção. É a teoria de um dos ideólogos do programa de governo pós-*impeachment*, Roberto Brant. “Com um programa desses não se vai para uma eleição”,

dizia ele em abril de 2016. “Vai ser preciso agir muito rápido, e sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra.”

“Na marra” é como, parece, a economia crescerá este ano, após mudanças estatísticas recentes do IBGE, o calculador oficial do PIB. Uma história nebulosa.

No início de 2017, o IBGE alterou duas de suas pesquisas mensais, uma sobre vendas no varejo, outra sobre o desempenho do setor de serviços. Nos dois casos, atualizou o cadastro de empresas entrevistadas e estabeleceu um novo marco

zero comparativo, o ano de 2014 (antes era 2011). Os primeiros dados novos referem-se a janeiro e foram conhecidos em março. As vendas no comércio caíram 0,7% ante dezembro, enquanto os serviços recuaram 2,2%. Em abril, ao divulgar os números de fevereiro, reviu os dados do mês anterior e, surpresa, as quedas viraram crescimento, de 5,5% e 0,2%, respectivamente.

A revisão metodológica e os novos dados, diz o economista Antônio Corrêa de Lacerda, da PUC de São Paulo, tornam improvável uma nova queda do PIB e podem dar respiro político ao governo, ao respaldar o discurso “tirei o

REPORTAGEM DE CAPA

Brasil da maior recessão da história". Antes das mudanças, havia no "mercado" quem projetasse outra retração, de 0,2%, casos das consultorias Gradual e 4E. Agora, surgem estimativas baseadas nas mudanças do IBGE de alta de 0,3% a 0,6% apenas no primeiro trimestre, por mero efeito estatístico.

Depois das novidades, o Banco Central, que em sua prévia mensal do PIB em janeiro identificara queda de 0,26%, apurou expansão de 1,3% em fevereiro e reviu janeiro para +0,62%. Dados comemorados por Temer no Twitter como resultantes das "reformas econômicas" levadas adiante pelo governo. "É muito estranho o IBGE fazer uma mudança dessas no meio de uma recessão e justamente quando a política econômica do governo é contestada", diz o economista Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Unicamp. "Como pode ter havido uma virada tão grande no comércio (de -0,7% para +5,5%), ainda mais com o desemprego ainda crescendo e o crédito em queda?"

Na quinta-feira 27, o Conselho Federal de Economia mandou uma carta ao presidente do IBGE, Paulo Rabelo de Castro, a cobrar explicações públicas sobre as alterações metodológicas e a data das decisões a respeito dessas mudanças. Até agora, só houve explicações a portas fechadas em um seminário de duas horas realizado no dia 18, na sede do instituto no Rio, com consultorias e bancos. Além do presidente do Conselho, Júlio Miragaya, a carta é assinada também pelo presidente do Conselho no Rio, José Antonio Lutterbach Soares, que é do IBGE e ainda desconfiado.

Para Lutterbach, o instituto, no mínimo, errou. Deveria ter mantido a divulgação de dados de comércio e serviços na metodologia velha paralelamente à nova, para permitir uma análise melhor sobre o estado da economia. E não deveria ter adotado como marco



MILAGRE ESTATÍSTICO

O "mercado", segundo o BC, previa em janeiro **alta de 0,5% do PIB** e seguiu assim em **fevereiro**

A divulgação em **março** da **queda de 3,6% em 2016** sinalizou recessão de até 1% em 2017

Também em **março**, o IBGE informa: **comércio e serviços caíram 0,7% e 2,2% em janeiro**, mau sinal

Diante do quadro de **março**, as estimativas do "mercado" para o PIB baixaram a **-0,41% em abril**

Ainda em **abril**, o IBGE muda duas pesquisas. **Comércio e serviços na verdade subiram em janeiro**

Depois das alterações, a prévia mensal do PIB calculada pelo BC passou de **-0,2% para +1,3%**

E agora as projeções do "mercado" para a economia voltaram a embicar para cima: **0,43%**

zero comparativo o ano de 2014, mas outro mais recente. Em suma, as mudanças deveriam ter esperado para vigorar. "Essa pressa sugere que houve pressão do presidente do IBGE", diz. E por que a pressão? "Porque ele é amigo do Temer e agora os resultados estão mais favoráveis ao governo."

Em nota, a associação dos funcionários diz que o comando do instituto está nas mãos de alguém "preocupado em fazer propaganda do governo Temer", razão para terem nascido dúvidas, embora o texto repudie insinuações de manipulação. "É viver no mundo da lua achar que o presidente do IBGE tem esse poder de passar por cima da equipe técnica e que ninguém denunciaria. Falar em manipulação é uma tolice absurda", afirma Roberto Olinto, diretor de Pesquisas do IBGE. Segundo ele, a nova metodologia voltará a sofrer ajustes. Situação a sinalizar, na visão de Lutterbach, que as mudanças ainda não estavam maduras.

No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos chamou Rabelo de Castro para explicar o assunto, a pedido do petista Lindbergh Farias. "Se isso tivesse acontecido no governo do PT, seria um escândalo", diz. É, mas no governo Temer pode tudo. Até a "Casa do Povo" aprovar uma reforma trabalhista pró-empresário às vésperas de uma greve geral e do 1º de Maio. •

WALDEMIR BARRETO / AG. SENADO